



LINGUAGEM, DISCURSO E SUBJETIVIDADE NA HISTORIOGRAFIA: QUESTÕES DO TEMPO PRESENTE

LANGUAGE, DISCOURSE AND SUBJETIVITY IN HISTORIOGRAPHY: QUESTIONS IN PRESENT TIME

KELVIN OLIVEIRA DO PRADO

<https://orcid.org/0000-0002-6649-7502>

Doutorando em Ensino pela Rede Nordeste de Ensino (RENOEN/UESB)
Pesquisador vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
kelvinprado17@gmail.com

MARIA DE FÁTIMA DE ANDRADE FERREIRA

<https://orcid.org/0000-0003-4094-6741>

Pós-Doutora em Antropologia Social pela UFBA
Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação RENOEN, PPGEN e
PPGREC/UESB
mfatimauesb@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute alguns conceitos que, de maneira cada vez mais ostensiva, passaram a ser relacionados ao pensamento e ao fazer historiográficos ou à escrita da história, a saber: as noções de linguagem-discurso e de sujeito, com isso, a ideia de subjetividade e de subjetivação, respectivamente. Isto posto, elementos antes voltados especialmente ao campo linguístico e filosófico passaram a ser atrelados ao pensamento historiográfico e à consciência histórica, problematizando, assim, questões postas por novos sujeitos e atinentes a suas experiências, ou seja, ao processo de subjetividade de grupos historicamente subalternizados. Dado o exposto, entende-se que estas novas perspectivas e propostas indicam fissuras no discurso historiográfico e na própria forma de pensar historicamente na academia e fora dela.

PALAVRAS-CHAVE: História; sujeito; subjetivação; subalternidade; narrativas.

ABSTRACT

This article discusses some concepts that have become increasingly associated with historiographical thinking and practice, or the writing of history: the notions of language-discourse and subject, and with them, the ideas of subjectivity and subjectivation, respectively. That said, elements that were previously more focused on the linguistic and philosophical fields have become linked to historiographical thinking and historical consciousness, thus raising questions posed by new subjects and related to their experiences, that is, to the process of subjectivity of historically subalternised groups. In



this way, it is understood that these new perspectives and proposals indicate cracks in historiographical discourse and in the very way of thinking historically in academia and beyond there.

KEYWORDS: History; subject; subjectification; subalternity; narratives.

INTRODUÇÃO

A historiografia e os processos de produção do conhecimento histórico estão aliados aos fazeres e aos saberes conjugados ao processo de escrita da e na história, os quais também são estruturados tendo em vista os seus contextos sociais e culturais. Desse modo, este texto discute alguns conceitos que, de maneira cada vez mais proeminente, passaram a ser relacionados ao pensamento e ao fazer historiográficos ou à escrita da história, a saber: as noções de linguagem-discurso (com eles, o conceito de narrativa) e de sujeito, com isso, ainda há a ideia de subjetividade, de subjetivação e de assujeitamento. Nesse sentido, nota-se que uma gama de conceitos ligados a outros campos do conhecimento são conectados ao debate do fazer historiográfico.

Isto posto, estes elementos, antes voltados sobretudo aos campos da linguística, da literatura e da filosofia, passaram a ser atrelados à consciência histórica (Schmidt, 2021); à educação histórica (Barca, 2021); ao pensamento histórico; ao ensino de história; à história da historiografia e à teoria da história, problematizando, assim, questões (ex)postas por novos sujeitos e atinentes a suas experiências, ou seja, ao processo de subjetividade de grupos historicamente subalternizados.

INDISCIPLINANDO SABERES

Diante do que foi pontuado, inicia-se com a reflexão acerca de alguns dos conceitos que são a chave nestas “novas” perspectivas que ganham força ou ao menos passam a ser estabelecidas nos últimos anos, em insubordinações a uma história dita “única”, oficializada ou mesmo excludente em relação a alguns agentes históricos, processo que a Escola dos *Annales* já tentava tensionar desde a primeira metade do século XX com uma história das mentalidades.

Assim, parte-se da ideia de linguagem e de discurso e, a partir disso, do conceito de narrativa, que ganha força no debate público. A relação da História com o discurso é proeminente, tendo-se em vista que os discursos são produtos históricos ao carregarem a



marca das relações estabelecidas entre os grupos (social e culturalmente falando). Assim, são engendradas relações de poder (sobretudo de quem conta a história e da maneira como isso é feito) e o estabelecimento das maneiras de enxergar o mundo e, portanto, descrevê-lo, culminando em ideologias de uma época que atravessam sincrônica e diacronicamente as histórias da humanidade.

É nesse aspecto que a historiografia é atravessada pelos impactos, ao longo do século XX, de uma gama de debates que trazem tensão à própria linguagem, dada a filosofia da linguagem, dos preceitos da lógica, da hermenêutica e da fenomenologia, bem como dos impactos do estruturalismo, com base em Saussure (2006) e sobretudo do pós-estruturalismo. Nesse aspecto, com este último elemento, insurgem os debates pós-coloniais, consideradas, segundo Williams (2012), terceiras e/ou quartas gerações de pós-estruturalistas. Ademais, nesses enlaces com a linguística dão-se as noções de uma História Estrutural (Matos, 2010); aliadas ainda às ciências sociais, em que as problemáticas da antropologia e da sociologia foram proeminentes no fazer historiográfico desde o século passado. Adentra-se, ainda, além da penetração desses sujeitos como porta-vozes de suas subjetividades, as mudanças sociais nas sociedades globalizadas, mediante aos acontecimentos rápidos e da mídia/cultura de massa tensionada pela Escola de Frankfurt.

Outrossim, qualquer sujeito, seja historiador, filósofo ou mesmo linguista, que se pergunta o que é a linguagem notaria que não há uma resposta simples e/ou unívoca para tal questão, visto que, como pontuado desde Saussure (2006), a categoria do signo (significante e significado) ganhou força e impactou áreas diversas do conhecimento, dada a própria noção de interdisciplinaridade que também atravessou a produção e a interpretação do conhecimento.

A linguagem é um sistema de signos (aquilo que significa algo para alguém na assimilação entre dois elementos) que conta com o significante e o significado, no intercâmbio entre um conceito/palavra e uma imagem ou algo a qual se refere. Desde Saussure (2006), essa é a “forma” da linguagem, pois ela conta com uma dimensão lógica (desejável em documentos históricos) e psicológica (afetada por suas combinações). Dito isso, as palavras estão sujeitas à ambiguidade e à mutação, o que afeta a percepção do que é o próprio fazer historiográfico.



A palavra (significante) e o objeto representado (significado) é algo arbitrário, o que chamamos de arbitrariedade do signo, no qual Saussure (2006) adverte que o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Contudo, para fins convencionais, há costumeiramente a associação corrente com a ideia vinculada entre “a palavra e a coisa”.

Soma-se ainda o avanço dado pela sociolinguística, bem como as produções relacionadas aos atos de fala desde Austin (1975), no campo do pragmatismo, os quais deram novas direções à concepção de linguagem com o conceito de “performatividade”. Isto é, de que a linguagem age, ou seja, o dizer é também fazer, o que inclusive influência não só a linguística, mas a filosofia e a história, no âmbito das questões de gênero (Butler, 2021) e étnico-raciais, por exemplo, tensionando estes novos sujeitos na/da história.

Aqui, dar-se-á a ideia de linguagem enquanto prática, ação ou performance. E, mais do que ação, a linguagem é interação, no qual é preciso levar em conta o contexto para entender o signo, pois o uso da linguagem modifica o próprio contexto e também cria contextos, intervindo no real; portanto, no próprio modo de pensar a história. Assim sendo, vê-se que a linguagem é a base para o discurso e, por conseguinte, da ideia de sujeito, que está atrelado ao âmago linguístico-discursivo.

Outrossim, tem-se a percepção da linguagem enquanto prática discursiva. Nesse sentido, de acordo com o gramático Celso Cunha (2017), o discurso é a língua e a linguagem no ato, na execução. A virada linguística, ou *linguistic turn*, anglo-saxã não bloqueava a dimensão do sujeito supostamente “descartada” pelo estruturalismo; o que, segundo Williams (2012), gera controvérsias.

Esse movimento acompanhará a reavaliação das noções de singularidade e de contextualidade, embarca-se, então, em uma orientação que leva a virada linguística a sério ao dar atenção aos discursos sobre a ação, à narração e às narrativas nos usos a que a linguagem enquanto discurso é, portanto, submetida. Na vinda à linguagem de um mundo mediante o discurso, a língua é a condição para a comunicação, à qual fornece códigos de escrita e de interpretação, porque é no discurso que as mensagens são trocadas e as ideias são estabelecidas e transmitidas. Dessa maneira, o “Eu” aparece como um relato, relatar-se a si mesmo ou ao Outro é algo que emerge a partir das propriedades da

linguagem-discurso-significado; logo, a subjetividade surge do uso das narrativas, dos atos de fala e das significações que a cultura (im)põe ou dispõe em determinado contexto.

Mas nesse debate acerca da linguagem-discurso, questiona-se: o que é uma narrativa? Muitos são os seus significados, pode ser uma história; algo contado e recontado (história oral); um relato de um evento ou de uma série deles etc. Nesse sentido, o objetivo de estudar o significado narrativo é o de explicitar as operações que produzem um tipo de significado. De acordo Borrego e Azevedo (2025, p. 137), a narrativa, portanto, não é apenas uma forma de comunicação, mas um modo de pensar e compreender o mundo.

Pachá e Moreira (2022) apontam que a entrevista narrativa como técnica de pesquisa pode ser extremamente relevante em pesquisas na História, na Literatura e na Educação, ao ser mobilizada para produzir inferências acerca de dados obtidos a partir de perguntas e de observações de interesse do pesquisador. Contudo, a narrativa não é a verdade literal dos fatos, mas a representação que deles faz o sujeito; porém, a ideia de narrativa tem sido cada vez mais usada para denotar constatações na produção historiográfica, em uma crescente subjetivação desse fazer historiográfico e dos preceitos que dão forma a essa feitura.

O giro narrativo, como movimento das décadas de 1970 e 1980, propiciou guinadas nas narrativas, não mais consideradas apenas no aspecto literário, permitiram a sua aplicabilidade em outros setores, sobretudo em questões sociais, políticas e culturais, impactando o caráter histórico. Vê-se o seu poder na expressão e na abordagem de experiências de vida. Segundo García, Arcos e Megías (2022) desafia-se a rigidez objetivista do positivismo, ao considerar as palavras do interlocutor como dados de pesquisa, em que surgem evidentemente desafios metodológicos e éticos na pesquisa narrativa. Assim, a narrativa passou a ser vista como um elemento central na construção do conhecimento e da identidade individual e social.

Esse processo de narrar algo não é o de apresentar alguma coisa, mas de representar, toda narrativa carrega consigo uma visão de mundo, sendo esse um dos aspectos importantes a ser “desvendado”, buscado e compreendido. Entende-se então que as narrativas não falam apenas dos sujeitos individuais, elas também mostram os contextos históricos, linguísticos, sociopolíticos e culturais nos quais elas foram



construídas; mas mesmo de um ponto de vista “pessoal” ou do sujeito, no singular, vislumbra-se que o pessoal é político, para tanto: a narrativa é política.

A noção de que o pessoal é político marca a irrupção no debate público de dimensões negadas pelos relatos “oficiais” da ciência, que se propunha neutra e despojada das condições sociais e culturais, coloca-se em marcha a “virada subjetiva” e a reivindicação da experiência, da subjetividade e das emoções como fonte de conhecimento, visto que questões subjetivas, tidas como individuais, são, como pode ser notado, sociais.

Ferreira (2020) alerta que as ciências têm sido fundamentais na construção do conhecimento sobre categorias que, ao longo da história, foram subalternizadas, além de que as suas contribuições apontam para uma nova forma de perceber as relações de gênero, étnico-raciais etc., que se interseccionam. Ainda segundo a autora, no Brasil, desde o período colonial, essas relações colonizadoras constroem desigualdades. Por isso há a importância de uma criação de novas lentes e de leituras que buscam traçar um olhar atento aos aspectos da cultura, da colonialidade, das relações de poder e de discurso, imanente ao papel da linguagem.

Não obstante, o fazer historiográfico e o que surge a partir dele não é feito à revelia ou por orientação pessoal, é dado a partir de um conjunto de sujeitos, os quais formam grupos que, seguindo um protocolo teórico-metodológico, vão dar razão, ou não, a determinados saberes, tendo em vista as perspectivas já estabelecidas acerca deste campo do saber, os abalos surgem justamente da quebra de paradigmas e dos “novos sujeitos” e subjetividades que, em determinada conjuntura, buscam desvelar as relações discursivas nesse modo de produção do conhecimento que apresenta fragilidades ou deixa “algo” ou “algum” aspecto “de fora” dos discursos produzidos pela ciência histórica e na/da história, provocando e/ou tensionando, assim, a própria teoria e filosofia da história.

SUJEITO, ASSUJEITAMENTO, SUBJETIVAÇÃO E SUBJETIVIDADE NA HISTÓRIA

Tendo em mente o que foi exposto até aqui, entende-se que a linguagem, o discurso e a narrativa estão intimamente atrelados ao que se entende por sujeito e a todos os desdobramentos conceituais advindos. Dito isso, o sujeito não é uma essência pré-

existente, ele é constituído na relação com a linguagem, com o discurso e, sob tais aspectos, com a própria história. Essas concepções advêm sobretudo dos avanços em perspectivas existencialistas e pós-estruturalistas (pós-colonialistas) anti-humanistas e/ou antiessencialistas, ao rejeitarem a ideia de que as coisas possuem uma “essência fixa e universal”, defendendo a construção sociocultural e histórica das identidades dos sujeitos e dos grupos socioculturais, o que impacta sobremaneira as formas de análise do passado-presente.

Dado o exposto, o discurso é ligado ao sujeito e, com isso, à ideia de subjetividade, de subjetivação e de assujeitamento (ambos atuam na formação do sujeito), a um “tornar-se sujeito” em meio a instituições e regras sociais; pois o sujeito, como dito, é constituído na relação com a linguagem-discurso e a história. Ouve-se falar da ideia de sujeito e de subjetividade em discussões filosóficas e psicanalíticas, a noção de sujeito permite que se parta da noção de humanidade e daquilo que conta como humano, isto é, enquanto sujeitos e, antagonicamente, não-sujeitos.

As pessoas estão sujeitas a algo ou a alguém, no qual a sujeição está aliada aos meandros da vida psíquica e produz esses sujeitos e não-sujeitos, isto é, corpos que não são vistos como signos de humanidade, ou como menos humanos (Butler, 2017). O assujeitamento e a subjetivação produzem a subjetividade, são formas de poder exteriores ao sujeito, estão na linguagem, que tem o poder de enquadrar e de identificar, por fora e por dentro, então essa ação psíquica do poder molda a subjetividade.

A palavra “*subjective*” ou “subjetivo”, não “*subject*” ou “sujeito” é de difícil tradução, ela fornece as derivações do termo ao subjetivismo e chega até a subjetividade e ao sujeito. Para Lalande (1993, p. 1060-1065), a subjetividade é a característica do que é subjetivo; o subjetivismo é uma tendência filosófica que reduz o juízo de valor a estados de consciência individuais; na metafísica: a redução da existência a existência do sujeito; na lógica: a recusa à distinção entre o verdadeiro e o falso; na ética: teorias morais segundo as quais a distinção entre o bem e o mal tem por raiz o bem-estar e o sofrimento individual; na estética: juízos estéticos exprimem gostos individuais; na psicologia: tendência a se encerrar nas suas ideias particulares.

Essa dificuldade de tradução é sentida em “*Senses of the subject*”, de Judith Butler (2021), chamada então de “*Os sentidos do sujeito*”, no original “*senses*” poderia indicar

quais significados o sujeito assume ou apontaria o que seria ter sensações, “*senses*” como sensações do sujeito, ter a experiência de ser um sujeito. Nessa teoria do sujeito, ou teoria da formação do sujeito, sabe-se que a sua formação destaca um limiar de suscetibilidade que precede a formação de um “eu” consciente e deliberado. Isso significa que essa criatura é afetada por algo que está fora dela mesma, algo anterior, prévio, que ativa e informa o sujeito que se é (Butler, 2021). Dessa forma, o sujeito é produzido por discursos da norma, do poder, das regras e das instituições (Foucault, 1996), da cultura, do social etc., os quais precedem o sujeito antes de tudo.

Constata-se essa proeminente relação entre a corporificação e a identificação do sujeito com a linguagem-discurso em sua formação, na maneira de assumir determinadas narrativas como suas, como “essências”, permitindo-se a subjetividade em um coletivo. Tais aspectos contam com uma natureza histórica e social que é, de todo modo, abarcada pelo processo colonial, adentra-se aí as problematizações destes sujeitos e subjetividades colonizadas ao longo da história no campo dos discursos pós-coloniais.

O conceito ou a ideia de sujeito expressará o resultado da constituição do indivíduo ante aos mecanismos de subjetivação nas práticas, ou melhor, nos discursos enquanto ato de fala, de performance. Antes visto como núcleo de todo o conhecimento em uma concepção explicitamente antropocêntrica, a origem da verdade, agora o sujeito passa a ser produto e efeito dela, o que afeta diretamente as concepções acerca da escrita da história e do fazer historiográfico, como visto.

Afinal, agora o sujeito diaspórico, o sujeito racializado pelo discurso eurocentrado, o sujeito feminino, o sujeito da sexualidade dissidente, isto é, todos os “Outros” no discurso científico, por exemplo, trouxeram insubordinações às normas atreladas ao fazer historiográfico; literário; político; econômico; filosófico; sociológico; medicinal; psicológico e psicanalítico, por exemplo. Esses Outros do sujeito ocidental começaram a falar por si mesmos, ou tentaram, ao reivindicarem os seus lugares como sujeitos históricos em emergência.

Tem-se aí o que Miranda e Assunção (2023) denominam de “indisciplina ao cânone”, ao pontuarem que não é arbitrário que a História, a literatura e as ciências humanas tenham marginalizado esses sujeitos dos seus respectivos “cânones”, processo que não pode ser entendido apenas sob um olhar restrito aos dados econômicos; mas que



também está ligado à forma como os sistemas simbólicos e instituições foram moldadas sob a imagem do colonizador.

Assim, defendem os autores, o estudo do pensamento afrodiaspórico, no campo literário e historiográfico, permite desestabilizar os cânones reconstruindo a história intelectual e a historiografia literária sob outras bases. Assunção e Trapp (2021) evidenciam que as interpelações à historiografia brasileira no pensamento afrodiaspórico em autores racializados forneceram elementos para se indisciplinar o cânone da história da historiografia. Isto posto, seria o tempo de esgrimir uma crítica às racializações estruturantes das formas de pensar a teoria da história e a história da historiografia no Brasil.

A aparição desses sujeitos no cenário do pensamento ocorrera através da angústia e da incerteza em relação ao que se dera até então como um mundo mais ou menos compreensível para o entendimento do homem. Não se trata de dizer que não tenha havido crises no pensamento até esse momento, mas de saber discernir a magnitude dessa crise em particular, com o advento da ciência moderna (Elia, 2010). Dado o impacto cartesiano e a sua separação da filosofia, ao fazer a verificação de seu valor. Portanto, o sujeito não “nasce”, mas vai sendo constituído na linguagem (social, cultural e historicamente).

Assim sendo, longe de ser o fundamento da história, o sujeito é efeito das práticas sociais que o constitui em um campo de forças e embates, como visto em “Pós-estruturalismo e escrita da história: a genealogia foucaultiana como crítica da subjetividade”, no qual são notáveis as contribuições para que surgissem outras formas de leitura das relações de poder e das formas de constituição do sujeito (Júnior, 2022). Essas são questões postas por Foucault (1996) para pensar e fazer a pesquisa histórica dos modos de constituição ou formação do sujeito, ao fazer a história crítica da subjetivação e da subjetividade, engendrando uma crítica da noção de sujeito na historiografia e da filosofia.

MITO, DISCURSIVIDADE, PODER NARRATIVO E SUBJETIVIDADE

No imbróglio do processo de escrita da história e dos embates gerados no fazer científico, vê-se como as relações de poder nos discursos projetam uma determinada “realidade” contada e recontada acerca da história e das demandas de contextos históricos

específicos. Sob tais aspectos, identificar esses agenciamentos dentro das maneiras de ver e de narrar são importantes como formas de desmistificação do que está (ex)posto.

A priori, questiona-se: o que é um mito? De acordo com os estudos de Martins (2022), é um elemento superestruturante do imaginário e que organiza elementos de infraestrutura (imagens simbólicas, esquemas e arquétipos). A circulação do mito na sociedade ocorre por intermédio dos processos comunicacionais, refletindo-se sobre sua dinamização adaptativa aos diversos estratos de consciência social. O imaginário aparece como resultante de uma negociação entre coerções historicamente localizadas e pulsões de origem biopsíquica. O autor conclui que a circulação social do mito é impulsionada pela comunicação e que ele, a partir dela, exerce sua força regulatória sobre as coletividades.

A exemplos dos diversos mitos fundadores, parte-se ainda do ancestral grego, explanado por Amin (1989), como aquele que desempenhou um papel essencial na construção eurocêntrica da história. Assim sendo, na ideia de que a herança grega predispunha à racionalidade, de acordo com esse mito, a Grécia seria a mãe da filosofia racional e o “Oriente” jamais teria conseguido superar a metafísica. Diante disso, o eurocentrismo encontraria sua expressão em todos os domínios do pensamento social, histórico e cultural.

Em suma, tendo em vista as diversas óticas acerca do eurocentrismo que vão do pós-colonialismo indiano; do pensamento terceiro-mundista; do decolonialismo latino-americano e dos estudos vinculados à tradição marxista (Macedo, 2020); com base sobretudo em Martin Bernal (1987), Samir Amin (1989) e Edward Said (2011), entende-se que o que é denominado como “tradição intelectual europeia” (que remonta aos gregos na Antiguidade) seria uma invenção recente impulsionada no século XIX, especialmente com o romantismo e o nacionalismo, em meio a um contexto em que surge a construção da ideia de pertencimento à nação (Hobsbawm, 1990, 2012), naquilo que Benedict Anderson (2008) chamou de comunidades imaginadas.

No Brasil, tem-se também exemplos de mitos, como mostra Schwarcz (2017), no mito da “democracia racial”, em que, no aspecto das desigualdades de condições de vida da população, o legado do colonialismo e da escravidão não foi o da “democracia racial”, ou da mestiçagem unificadora, mas sim a desigualdade social. Sabe-se que após



independência as nações buscaram escrever uma história para si mesmas, geralmente envoltas em silenciamentos, exclusões de minorias sociais e de vozes de sujeitos subalternizados e oprimidos no sistema sociopolítico e histórico. E são vários os elementos que fundamentam o mito da democracia racial, o que vai desde Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos a Gilberto Freyre, em que se evidencia a construção da ideia de democracia racial, como evidenciado por Carneiro (2023).

Com isso, em várias ex-colônias a criação da história nacional oficial estava no topo da agenda. Nesse processo, os historiadores usaram o passado europeu como um parâmetro para medir a história de seus países, afirma Conrad (2016). Não obstante, a construção da História “oficial” do Brasil foi estruturada no século XIX. Em 1844, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) abriu as portas para os candidatos que se dispusessem a discorrer sobre a questão de “como se deve escrever a história do Brasil”. Adentra-se o papel do discurso, da narrativa e do ponto de vista de enxergar aquele que conta, ou não, como sujeito, que é “fabricado” nesses discursos, os quais notadamente excluía setores sociais em uma sociedade marcada pela escravidão e, por isso mesmo, pela articulação discursiva de quem conta, ou não, como sujeito, especialmente na (re)produção dos não-sujeitos.

Tratava-se de inventar uma nova história do e para o Brasil, no qual foram inventados os rituais de memória que elevaram alguns e obliteraram outros sujeitos (os que são tomados como não-sujeitos até então), endossando interpretações, no qual a história é objeto de disputa política e o narrar é, portanto, político. Os discursos fundados na memória dos dominantes partiram de um domínio em que o ato de fala deu o poder de narrar uma certa visão de mundo e das coisas, esse poder enquadrava o olhar sobre os corpos, seus significados e valores.

Além da escritura de “uma história do Brasil”, havia a preocupação em definir uma única identidade étnica para o país, o que mobilizou vários intelectuais ao longo de fins do século XIX e ao longo do século XX. E, mesmo com algumas discordâncias, parte destes intelectuais foi influenciada pelo determinismo biológico que se pautava na ideia de inferioridade das raças, aliados ao determinismo geográfico. Entrementes, a perspectiva eurocentrada presente na história social e cultural do Brasil estruturou e continua a estruturar as questões presentes atualmente.



Nesse sentido, existia uma dualidade entre duas concepções, a saber: a de que se vivia uma democracia racial, tendo o Brasil resolvido de forma “harmônica” a questão racial, no qual não se compreendiam as desigualdades sociais, econômicas e culturais como tendo uma origem racial. Por outro lado, a outra posição via no mito da democracia racial a causa para a persistência do racismo no país, vislumbrou-se então que, dentro do contexto do século XIX e início do século XX, as teorias eugênicas e seus ideais embutidos no mito da democracia racial fundamentaram as políticas públicas.

Essa é uma dinâmica frequente nas sociedades colonizadas que enfrentaram uma história violenta, mas que não é vista como tal por estarem amparadas no mito da “história sem sangue”; mas que na verdade é permeada por subalternizações, exclusões e silenciamentos de sujeitos, o que se desvela na episteme e na colonização do imaginário, que passa a ser predominantemente eurocentrado, bem como é desvelado nos modos de narrar e de escrever a história. É o discurso em ação que opera em conjunto, manifestando-se nas ciências e, por isso, na memória pública e na consciência histórica.

Por conseguinte, um outro mito difundido e ainda presente, que inclusive embasa uma das perspectivas apontadas no parágrafo anterior, é o da existência de uma sociedade brasileira pacífica e harmoniosa, no qual mesmo com episódios violentos ao longo do período imperial no século XIX, e do período republicano ao longo do século XX, seja de revoltas e sedições, o discurso sedimentado foi o de uma narrativa que foge aos constantes embates enfrentados entre o Poder do Estado e vários grupos populacionais, do Norte ao Sul do país.

Marilena Chaui (2014) adverte que o mito foi construído desde cedo pela historiografia brasileira com a declaração de uma “história feita sem sangue”, oculta-se que a passagem da Colônia ao Império e do Império até a República foi realizada por golpes de Estado, silenciam-se revoltas, rebeliões, inconfidências, revoluções e guerrilhas que ocorreram sob muito derramamento de sangue.

Erguer-se-ia a imagem de um povo generoso, alegre, sensual e solidário, que desconheceria o racismo, o machismo e a homofobia, consolidando uma harmonia que afirma a existência de um povo essencialmente não violento. E é graças ao mito da não violência e/ou do não derramamento de que se entende o porquê de os sujeitos viverem



em uma “sombra” com o fato de que existe, na verdade, uma sociedade oligárquica, verticalizada e autoritária, por isso mesmo, violenta. Sob tais aspectos, uma sociedade que bloqueia a concretização de uma subjetividade e de uma intersubjetividade que permita a cidadania democrática. Assim, as desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas não são vistas como formas de violência.

Dessa maneira, nota-se que esses aspectos históricos e sociais, que acabam fazendo parte das práticas culturais (simbólicas, imaginárias e materiais), compõem o próprio assujeitamento (por meio das instituições e de suas normas e regras) e a subjetivação (maneiras de Ser/Estar nesta dinâmica, construindo identidades). Isto é, a produção de subjetividades, por ambos os processos, dentro da estrutura vivenciada que é tipicamente violenta. Ou seja, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta, o que causa uma cegueira frente ao passado-presente do país que estrutura as subjetividades até a atualidade e as formas como os sujeitos estabelecem relações, as quais contam com raízes em uma relação familiar patriarcal, com bases autoritárias e patrimonialistas.

O Brasil assiste a uma guerra cultural em torno dos sentidos dados à celebração da Independência, mas não apenas dela como de outras datas. A teoria da história e a historiografia passaram a problematizar a história da independência do Brasil presente na visão dos livros didáticos, observando a visão ainda dominante de que a independência brasileira foi uma ruptura “pacífica”, constatando-se a predominância de uma visão ainda conservadora, é o que mostra Macedo (2022) em *“Sin derramamiento de sangre”: la Independencia de Brasil en los materiales didácticos latinoamericanos*”.

Em torno dessas fantasias instauradas em torno de uma suposta “pacificidade” na história brasileira, vê-se que o mito, de acordo com Hall (2003), tem a potencialidade de moldar os imaginários, de influenciar as ações, de conferir significado às vidas dos sujeitos e de dar sentidos à história, molda-se a própria linguagem-discurso, que é ação. Portanto, em vez dessa miragem, avista-se a construção de uma narrativa social e histórica violenta, em que subjetividades foram e são subjugadas.

Esses mitos têm genealogias que começam desde o primeiro contato dos europeus com as terras americanas, no qual a violência esteve presente desde o início da conquista. E, de acordo com Schwarcz e Starling (2015), esse mito tem início desde os relatos de



Pero Vaz de Caminha, que, deslumbrado com as “novas” terras, inaugurou o mito da natureza pacífica e de uma conquista sem violência em uma comunhão que unificou a todos.

Segundo Scott Smith (2023), há um campo de estudos denominado de mitografia, trata-se de um termo acadêmico moderno usado para descrever uma variedade de práticas de escrita antigas que tratam das histórias designadas como mito. É um termo abrangente que engloba tanto a mitografia sistemática quanto a mitografia interpretativa, cujo objetivo é o de desvendar as origens ou os significados ocultos dos mitos por meio de abordagens racionalizantes.

Ainda no aspecto dos mitos, Hall (2003) destaca que os mitos fundadores são transistóricos, anacrônicos e tem a estrutura de uma dupla inscrição, porque o seu poder redentor encontra-se no futuro, eles funcionam atribuindo o que predizem a sua descrição do que já aconteceu, do que era no princípio. Contudo, o estabelecimento de uma “história mundial” no final do século XIX não deve ser explicada só como resultado de transferências intelectuais da Europa, porque quando historiadores e cientistas de fora da Europa recorreram a representações eurocêntricas, essas narrativas não eram apenas cópias ou simulacros.

Na verdade, elas estavam sincronizadas com os interesses de seus autores e com as suas perspectivas, buscando “adequá-las” às condições dos trópicos, isso é importante para que se dê a devida atenção a ações humanas e a dinâmicas dos sujeitos dentro de determinados contextos. Torna-se evidente que o discurso, e com ele as subjetivações em determinados contextos, produzem formas de narrar e de “ser narrado” por aqueles que detêm o poder narrativo, isto é, de estabelecer relações com o Outro e de produzi-los discursivamente, ou seja, de assujeitá-los e subjetivá-los a determinadas posições de formas essencialistas, seja o racializado, a mulher etc. Deste modo, encarar a produção historiográfica em meio a esses aspectos pode permitir um olhar mais horizontal e insubordinado acerca das relações de poder envoltas na escrita da/na história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigou-se o modo como a linguagem-discurso-narrativa e a história interagem na construção da identidade do sujeito e, desse modo, no seu assujeitamento e na sua



subjetivação, que compõem a formação da subjetividade. Permitiu-se, assim, analisar como as relações entre significante e significado engendram a produção de sentido, nos quais são relevantes as influências da memória em articulação de diferentes contextos (contextualista) em suas especificidades e relações de poder (política, economia, cultura etc.), pode-se, portanto, entender as consequências das formulações discursivas na historiografia e nos modos de fazê-la, interpretá-la, ensiná-la etc.

Dado o exposto, ao longo do texto foram vistos aspectos envolvidos a conceitos que passaram a ser relacionados ao pensamento e ao fazer historiográficos ou à escrita da história, como mencionados, sendo os conceitos de linguagem-discurso e de sujeito. Diante disso, foram permitidas incontáveis transformações e eclosões de subjetividades outras e de dissidências no cerne da historiografia do presente, inclusive na sedimentação e, a partir dela, da problematização dos mitos formulados discursivamente ao longo da história, seja de cunho social, cultural, econômica e das mentalidades/ideias.

Isto posto, estes elementos emergentes trazem mutações à consciência e à educação históricas, problematizando questões postas por novos sujeitos e subjetividades tendo em vista as suas experiências subalternizadas e/ou diaspóricas. Dado o exposto, entende-se que estas novas perspectivas e leituras que são propostas lutam para conseguir espaço, aliadas às propostas “indisciplinadas”, as quais indicam fissuras no discurso historiográfico e literário, em simbiose, além da própria forma de se pensar historicamente, seja na academia e/ou fora dela.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **El eurocentrismo**: crítica de una ideología. Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1989.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re) escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p. 229-252, 2021.

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard university press, 1975.



BARCA, Isabel. Educação Histórica: desafios epistemológicos para o ensino e a aprendizagem da História. Diálogo (s), Epistemologia (s) e Educação Histórica: um primeiro olhar, 2021. In: ALVES, Luís Alberto Marques; GAGO, Marília. **DIÁLOGO(S), epistemologia(s) e educação histórica um primeiro olhar**. CITCEM, Porto, julho de 2021.

BUTLER, Judith. **Os sentidos do sujeito**. Tradução de Carla Rodrigues. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CARNEIRO, Rafael Vieira Menezes. Análise do mito da democracia racial a partir de Frantz Fanon e Sueli Carneiro. **História da Historiografia**, v. 16, n. 41, p. e1946, 2023.

CHAUÍ, Marilena **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Organizador André Rocha. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 3ª edição. 2010.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Contribuições da Pedagogia para se pensar as relações do saber e gênero na escola contemporânea. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 1, p. 145-162, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARCÍA, María Jesús Márques; ARCOS, Daniela Padua; MEGÍAS, María Esther Prados. Pesquisa narrativa em educação: aspectos metodológicos a prática. In: MELO, Alessandro de; FLORES, José Ignacio Rivas (org.). **Pesquisa Narrativa: teoria, práticas e transformação educativa**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2022.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização: Liv Sovik; Tradução de Adelaine La Guardia Resende, *et al.* Belo Horizonte: Editora: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução de Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JÚNIOR, José dos Santos Costa. Pós-estruturalismo e escrita da história: A genealogia como crítica da subjetividade. **Revista de Teoria da História**, v. 25, n. 1, p. 90-112, 2022.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. Tradução de Fátima Sá Correia, *et al.* São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MACEDO, André Luan Nunes. A História do Eurocentrismo na história intelectual. **Revista de Teoria da História**, v. 23, n. 1, p. 257-281, 2020.

MACEDO, André Luan Nunes. “Sin derramamiento de sangre”: la Independencia de Brasil en los materiales didácticos latinoamericanos (Argentina, Ecuador, México y Venezuela). **Revista de Estudios Brasileños**, v. 9, n. 20, p. 171-182, 2022.



MARTINS, Ana Taís. A circulação do mito na sociedade através da comunicação. **Logos**, v. 29, n. 1, 2022.

MATOS, Júlia Silveira. A história estrutural: trajetória, conceitos e aplicabilidade. **BIBLOS-Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 24, n. 1, p. 55-67, 2010.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de; ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de. **Indisciplinando o cânone**: pensamento afrodiaspórico e a colonialidade no campo historiográfico e literário. Pensamento afrodiaspórico em perspectiva: abordagens no campo da História e Literatura. p. [18-39], 2023.

PACHÁ, Patrícia; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. Entrevista narrativa como técnica de pesquisa. **Synesis** (ISSN 1984-6754), v. 14, n. 1, p. 157-168, 2022.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso Geral de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27 Ed. São Paulo: Cultrix. 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Didática reconstrutivista da história e a formação da consciência histórica dialógica. **Territórios e Fronteiras**, v. 14, n. 2, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**: Com novo pós-escrito. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

SMITH, R. Scott. mythography. In: **Oxford Classical Dictionary**. 2023. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199381135.013.8900>. Acesso em: 23 nov. 2025.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvig. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.